
CONCLUSÃO

Duas questões gerais nortearam este trabalho intitulado *John Locke, leitor do “judicioso” Hooker*.

A primeira diz respeito ao fato de que, neste final do século XX e início do século XXI, revisitar o *corpus* lockiano é defrontar-se com um conjunto de ideias fundadoras da história *dogmática* da teoria do contrato social, que se prestaram às mais diversas interpretações e usos.

A segunda questão consiste em rever a leitura *lockiana* do “judicioso” Richard Hooker (1553 ou 1554-1600), não do ponto de vista de um *arqueólogo do saber* ou de um *historiador* preocupado somente com a reconstituição de um capítulo encerrado na história das ideias, mas enquanto uma viagem ao tempo presente, o que implica em uma tomada de posição sobre os impasses teóricos em que a nossa geração está envolvida, uma vez que as fundações do *ideário liberal* atribuídas a John Locke (1632-1704) continuam inscritas em nossos corações e polarizando os debates da nossa contemporaneidade.

Com vistas a esse fim, percorreu-se os principais escritos de John Locke em que houvesse citação expressa e/ou a influência do “judicioso” Hooker, tendo como eixo condutor a indicação no texto *lockiano* de 1703, *Some Thoughts concerning*

Reading and Study for a Gentleman [Alguns pensamentos referentes à leitura e estudo para um cavalheiro], que o *Livro I, Concerning Laws, and their several kinds in general* [A propósito das leis e seus diversos tipos gerais], de *Of the Lawes of Ecclesiasticall Politie* [Das Leis da Ordem Eclesiástica], de Richard Hooker, é uma das obras fundamentais ao estudo da primeira parte da política que trata da *origem das sociedades, da ascensão e limites do poder político*.

À luz dessa *indicação*, notou-se que Locke refere-se, expressamente, ao *Livro I, Concerning Laws, and their several kinds in general* [A propósito das Leis e seus diversos tipos gerais], de *Of the Lawes of Ecclesiasticall Politie* [Das Leis da Ordem Eclesiástica], de Richard Hooker, nos *primeiros escritos* sobre moralidade, direito e política, como por exemplo, o *Two Tracts on Government* [Dois Opúsculos sobre o Governo], demonstrando, com isso, um minucioso estudo deste importante teólogo-político inglês do século XVI, lido por Locke em 1660, cujos argumentos indicaram-lhe os caminhos para a elaboração de sua teoria sobre a ordem social, segurança e paz, autoridade, obrigação política e obediência às leis e serviram de base para suas concepções mais maduras. Concepções essas que nem sempre são idênticas às iniciais, mas também não são antagônicas, como é o caso do *Two Treatises of Government* [Dois Tratados sobre o Governo], que ao *recusar* a teoria do direito divino, *altera* os fundamentos da obrigação política e *faz* do “judicioso” Hooker um precursor do contratualismo e do *ideário liberal* preconizado pelo sistema político dos *Whigs* [Membros do Partido Liberal].

Não obstante, nos *últimos escritos*, John Locke revela-se um homem de amplos interesses, grande energia e fonte de algumas das maiores contribuições intelectuais para a filosofia, a teoria política e a educação. Desvela-se, também, que ele não recorre textualmente ao “judicioso” Hooker, nem o utiliza por ser uma autoridade altamente respeitada que valeria para seus oponentes anglicanos e *Tories* [Membros do Partido Conservador], pois seria certamente um erro considerar Hooker a única fonte ou mesmo a principal fonte de suas ideias; todavia, esses *últimos escritos* indicam *brechas* que não esgotam os efeitos desse teólogo-político da mesma tradição a que se vinculam depois os platônicos de Cambridge e o próprio Locke, como ele deixa bem claro no texto escrito em 1703 – *Some Thoughts concerning Reading and Study for a Gentleman* [Alguns pensamentos referentes à leitura e estudo para um cavalheiro]:

A política contém duas partes muito diferentes uma da outra. Uma trata da origem das sociedades, da ascensão e limites do poder político; a outra diz respeito à arte de governar os homens em sociedade.

O primeiro destes foi tão difundido entre nós nestes últimos sessenta anos, que dificilmente se pode perder livros deste tipo. Os mais difundidos entre nós são o primeiro livro *Das leis da ordem eclesiástica* [*Ecclesiastical Polity*] do Senhor Hooker, os *Discursos sobre o governo* [*Discourses concerning Government*] do Senhor Algernon Sidney. Este último eu nunca li. Juntam-se, pois, os *Dois Tratados sobre o Governo* [*Two Treatises of Government*], publicados em 1690, e um tratado sobre *Política civil* [*Treatise of Civil Polity*], publicado este ano. Pode-se também anexar *Dos deveres do homem e do cidadão de acordo com a lei natural* [*De Officio Hominis et Civis juxta Legem Naturalem*] de Samuel Von Puffendorf, e do mesmo autor, *Da lei natural e das nações* [*De Jure Naturae et Gentium*], que é o melhor livro que vi deste gênero.

Por aquilo que pertence à outra parte da política, que tem como objetivo a arte de governo, penso que o modo melhor de aprendê-la seja através da experiência e da história, e especialmente a história do próprio país. Penso que é isso que um homem nobre inglês deve saber: a *História da Inglaterra* desde suas origens mais remotas de que se tenha memória, anexando a ela todas as leis que foram feitas nas várias épocas que aparecem ao longo da história, de modo a esclarecer as várias mutações do governo e como foram produzidas. Na *História da Inglaterra* [*History of England*] do Senhor Terry, encontrará vários autores que tratam das nossas coisas e as quais se podem recorrer em todos os pontos que a curiosidade e o julgamento nos induzirem a pesquisar.

Além da história é bom ler também os antigos juristas como Bracton, *Fleta*, Henningham, o *Espelho dos Magistrados* [*Mirror of Justice*], as *Segundas instituições* [*Second Institutes*] do Lorde Coke, o *Modus Tenendi Parliamentum* [O procedimento do Parlamento], e outros livros do mesmo gênero, que se encontram citados nas recentes controvérsias entre os Senhores Petit, Tyrrel, Attworod e o Dr. Brady, e também, creio, o *Tratado dos direitos do reino e costumes de nossos antepassados* [*Treatise of Rights of the Kingdom, and Customs of our Ancestors*], de Sedler, donde a primeira edição é a melhor, e onde encontrará a antiga constituição do governo da Inglaterra.

Existem ainda dois volumes de *Opúsculos políticos* [*State Tracts*] impressos no tempo da revolução, onde se encontram muitas coisas relativas ao governo da Inglaterra [tradução nossa] [grifos nossos].¹

¹ Cf. LOCKE, John. Some Thoughts concerning Reading and Study for a Gentleman. In: LOCKE, John. *The Works of John Locke*. London: Thomas Tegg, 1823; rep. fac-simile Aalen, Germany: Scientia Verlag, 1963, v. 3, p. 296:

Politics contains two parts, very different the one from the other. The one, containing the original of societies, and the rise and extent of political power, the art of governing men in society.

The first of these hath been so bandied amongst us for these sixty years backward, that one can hardly miss books of this kind. Those, which I think are most, talked of in English, are the first book of Mr. Hooker's *Ecclesiastical Polity*, and Mr. Algernon Sydney's *Discourses concerning Government*. The latter of these I never read. Let me here add, *Two Treatises of Government*, printed in 1690; and a *Treatise of Civil Polity*, printed this year. To these one may add, Puffendorf *De Officio Hominis et Civis*, and *De Jure Naturali et Gentium*, which last is the best book of that kind.

Dessa forma, corrobora-se o objetivo deste trabalho que consistiu em demonstrar que, não obstante o contraste do Locke dos *opúsculos políticos* e de *outros escritos* do mesmo período com o Locke dos *tratados políticos* e dos *últimos escritos*, o *ideário liberal* da doutrina teológico-política do “judicioso” Hooker, temperado pelo seu *ardor anglicano*, estes não foram ensinados em vão: John Locke compreendeu as sutilezas desse ensinamento, desde 1660 até o final de sua vida, como ele deixa claro no texto de 1703 – *Some Thoughts concerning Reading and Study for a Gentleman* [Alguns pensamentos referentes à leitura e estudo para um cavalheiro].

Por fim, Alessandro Passerin D’Entrèves em *The Medieval Contribution to Political Thought. Thomas Aquinas, Marsilius of Padua, Richard Hooker* [A contribuição do pensamento político medieval: Thomas de Aquino, Marsílio de Pádua, Richard Hooker], tem razão ao afirmar que:

A influência do ensino de Hooker sobre as gerações posteriores é um fascinante assunto de pesquisa. Hammond, Sanderson e Andrewes, Hales e Stillingleet, Locke e Hoadly, Warburton e Tucher, Keble, Coleridge e Gladstone, fazem parte de uma lista que está longe de ser completa [tradução nossa] [grifo nosso].²

No entanto, o exame dessas *influências* tanto teóricas quanto políticas, ultrapassa, os limites deste trabalho.

As to the other part of politics which concerns the art of government, that I think, is best to be learned by experience and history, especially that of a man’s own country. And therefore, I think an English gentleman should be well versed in the history of England, taking his rise as far back as there are any records of it; joining with in the laws that were made in the several ages, as he goes along in his history, that he may observe from thence the several turns of state, and how they have been produced. In Mr. Tyrrel’s *History of England* he will find all along those several authors which have treated of ours affairs, and which he may have recourse to, concerning any point, which either his curiosity or judgment shall lead him to inquire into.

With the history, he may also do well to read the ancient lawyers; such as Bracton, *Fleta*, Henningham, *Mirror of Justice*, my Lord Coke’s *Second Institutes*, and the *Modus Tenendi Parliamentum*; and others of that kind which he may find quoted in the late controversies between Mr. Petit, Mr. Tyrrel, Mr. Atwood, &c, with Dr. Brady; as also, I suppose, in Sedler’s *Treatise of Rights of the Kingdom, and Customs of our Ancestors*. Whereof the first edition is the best; wherein he will find the ancient constitution on the government of England.

There are two volumes of *State Tracts* printed since the Revolution, in which there are many things relating to the government of England.

² Cf. D’ENTRÈVES, Alessandro Passerin. *The Medieval Contribution to Political Thought. Thomas Aquinas, Marsilius of Padua, Richard Hooker*. Oxford, 1919; reprinted New York: The Humanities Press, 1959, p. 116.